



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO SEGUNDO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Fernando Carneiro. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Igor Andrade expressou estar feliz e honrado por ter completado quarenta anos de vida em primeiro de setembro passado atuando como vereador de Belém, principalmente por ser filho de uma servidora da CMB, tendo convivido com os funcionários deste Poder desde a infância. Pediu respeito ao voto popular e à democracia, confessando ficar assustado ao ver alguns criticando e atacando o regime democrático. Fez votos de que se mantivesse o respeito entre os membros desta Casa e a boa relação dela com o Executivo, em nível municipal e estadual, expressando ter certeza de que tanto o prefeito Edmilson Rodrigues quanto o governador Hélder Barbalho entendiam e respeitavam o parlamento municipal de Belém. Parabenizou a Prefeitura Municipal de Belém – PMB pelas ações realizadas em parceria com o governo estadual reportando-se à obra de macrodrenagem da bacia do Tucunduba, realizada pelo governo do estado, mas com a participação da PMB na limpeza das vias, na instalação da iluminação pública e na desapropriação de casas. Lembrou ter relatado inúmeras vezes da tribuna deste plenário, em seu mandato anterior, o drama dos alagamentos recorrentes naquela região - abrangendo os bairros da Terra Firme, Canudos e Marco - atingindo ruas que demoravam dias para secar. Atualmente, continuou, devido ao avanço significativo da obra de macrodrenagem do Tucunduba sob a gestão de Hélder Barbalho e ao bom trabalho da PMB, essas vias não alagaram, mesmo com as intensas chuvas que atingiram a cidade ultimamente. Ainda havia muito a ser feito, ressaltou, mas a qualidade de vida dos moradores daquela área melhorara substancialmente, pois quando chovia, alagava muito pouco, secando logo depois. Parabenizou o governo do estado e a PMB pelo trabalho conjunto que desenvolviam, esperando que essa parceria ainda trouxesse muitos benefícios à população de Belém, não apenas em relação ao saneamento, mas também na mobilidade urbana e na recuperação e asfaltamento de ruas. Subiu depois à tribuna o vereador Matheus Cavalcante e avaliou que o programa Tá Selado buscava aproximar a população do Legislativo e do Executivo, fazendo-a participar da tomada de decisões no município. Considerou ser uma iniciativa válida e necessária, pois vivemos em uma democracia representativa que também deve ser participativa. Entretanto, opinou, o programa estava sendo usado como uma forma de anulação deste parlamento, pois alguns delegados estavam tomando o lugar e empoderavam-se como se vereadores fossem. Ademais, alegou, havia pouca transparência, pois as sessões plenárias do programa, realizadas nos setenta e dois bairros de Belém, foram pouco divulgadas e poucas organizações e instituições tiveram acesso para fazer levantamentos de dados e fiscalização dos procedimentos adotados. Um vereador que teve, no mínimo, dois mil e quinhentos votos não pode ser anulado por um delegado eleito por quinze votos em um processo sem transparência e publicidade, assinalou. Criticou o prefeito Edmilson Rodrigues por dizer que Belém é cidade irmã de Havana e o PSOL por apoiar o regime cubano, afirmando existir em Cuba uma ditadura opressora. Criticou também o prefeito por apoiar o governo venezuelano, apontando haver venezuelanos que preferem morar nas ruas de nossa cidade a voltar a seu país de origem. Assumiu depois a palavra o vereador Allan Pombo e disse ter ficado atento ao discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia anterior, durante as manifestações do Dia da Independência. Julgou que Bolsonaro rasgara a Constituição Federal, atentara contra a democracia, contra o Supremo Tribunal Federal – STF e contra o Congresso Nacional. Em reação, cientificou, até mesmo partidos políticos como o PSDB e o MDB divulgaram notas criticando as declarações. Ajuizou ser possível o *impeachment* do presidente, pois se formava uma unanimidade a favor disso entre os que defendiam a democracia brasileira. Por outro lado, estimou, os apoiadores de Bolsonaro constituíam uma minoria que tentava ludibriar e manipular o pensamento da população. Apesar das limitações e falhas da nossa democracia, ela deve ser defendida,

testificou, parabenizando todos que de vários modos, no dia anterior, cumpriram esse papel. Declarou depois que a atual gestão municipal estava dando certo, mostrando ser possível, através da articulação política, fazer um governo verdadeiramente popular e para todos. Atualmente, a boa relação entre o prefeito Edmilson Rodrigues e o governador Hélder Barbalho permitia a união em prol da população de nossa capital, acrescentou. Divulgou que, segundo o Instituto de Meteorologia do Estado do Pará, Belém teve recorde histórico no volume de chuvas neste mês de agosto. Entretanto, prosseguiu, não houve o caos que em tempos passados ocorria com as enchentes na cidade. Não estava afirmando que o problema das enchentes estava resolvido, esclareceu, mas que fora muito amenizado. Isso mostrava que a cidade estava sendo bem cuidada, ocorrendo a limpeza e drenagem dos canais. Reconheceu que a cidade tinha sérios problemas, mas atestou que o Executivo Municipal, com o apoio desta Casa, era atuante e preocupava-se principalmente com a população mais pobre, desenvolvia vários programas sociais e combatia de forma exemplar a pandemia. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança e assumiu a presidência da Mesa o vereador Bieco. Pela liderança do PL, Pablo Farah informou sobre projeto de lei de sua autoria estabelecendo regras sobre a adoção de práticas e métodos sustentáveis nas obras e serviços de construção civil executadas pelo município de Belém. Explicou que, segundo o projeto, 30% das obras executadas pelo município deveriam utilizar produtos reciclados. Mostrou um exemplar de bloquete feito com garrafas *pet*, que funcionava também como tijolo, podendo ser usado na pavimentação de vias ou em edificações. Pediu às lideranças do Governo na CMB que levassem o projeto que ora apresentava ao conhecimento do prefeito Edmilson Rodrigues, que também era arquiteto, urbanista e defensor da sustentabilidade. Observou que a cadeia da reciclagem não estava sendo devidamente aproveitada em nossa cidade e a aprovação e execução de tal projeto ajudaria a sustentar milhares de famílias que faziam a coleta de resíduos sólidos e contribuiria para a conservação do meio ambiente. Pela liderança do Governo, Allan Pombo inteirou que nesta semana retomava-se a vacinação em Belém, avançando-se na imunização de crianças e adolescentes, entre doze e dezessete anos. Mencionou depois que, segundo alguns estudos, 60% dos trabalhadores brasileiros estavam na informalidade e tal situação trazia vários riscos àqueles que labutavam diariamente para sustentar a família. Tais pessoas, referiu, não tinham vários direitos como auxílio-saúde, licença-saúde e 13º salário. O país atravessava grave crise, com o maior índice de desemprego da história recente, totalizando quase 15 milhões de desempregados e 60 milhões vivendo na informalidade, sem perspectiva de melhora, atentou. Por outro lado, complementou, o governo federal não se interessava, promovendo reformas que achacaram os trabalhadores. Os concursos públicos estavam suspensos, a Lei Complementar nº 173/2020 impediu reajustes salariais para o funcionalismo e ocorreu um processo de desindustrialização do Brasil, recordou. A população estava angustiada e muitos entravam em quadro depressivo devido à falta de renda, sendo necessário desenvolver ações para minorar o desemprego e a falta de renda em nosso país. Reafirmou o compromisso da atual gestão municipal com o empreendedorismo, aludindo ao programa Donas de Si, que dava auxílio e capacitação às mães solo, qualificando-as para empreender e gerar renda. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania, Mauro Freitas noticiou que, no dia 11 de setembro seguinte, o PSDB do Pará receberia o governador de São Paulo, senhor João Doria. Lembrou que Doria recebera desta Casa, por iniciativa sua, o título de Cidadão de Belém, explicando que ele retornava a nossa cidade para participar de um encontro partidário. Comunicou que o evento seria aberto ao público e convidou os demais vereadores e o povo em geral a dele participar. Externou estar muito feliz, como líder do PSDB neste parlamento, por receber João Doria, qualificando-o como um grande governador de nosso país, tendo se destacado nacionalmente na vacinação contra a covid-19, lutando desde o início para o desenvolvimento da vacina e pela imunização da população. Recordou ter sido muito bem recebido por Doria, então prefeito de São Paulo, no Palácio do Anhangabaú, assegurando ter ele grande carinho por esta Casa por ter dela recebido o título de Cidadão de Belém. Em relação às próximas eleições, externou acreditar na terceira via e na vitória de Doria na disputa pela Presidência da República. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante disse que os programas sociais da PMB eram ineficientes e que o programa Bora Belém funcionara como propaganda político-partidária na eleição passada, mas não cumpria efetivamente o que fora alardeado. Observou depois que o programa Belém Bem Cuidada estava sendo realizado com o orçamento aprovado ainda no governo do ex-prefeito Zenaldo Coutinho e que o Bora Belém funcionava com a ajuda do governo estadual. Criticou depois a exigência do envio de um *e-mail* à Secretaria Municipal de Saúde – Sesma para que as pessoas pudessem ser imunizadas, caso perdessem o dia marcado para a vacinação contra a covid-19. Em aparte, manifestou-se o vereador Allan Pombo. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro julgou ter sido extremamente correto os defensores da democracia irem às ruas no dia anterior, demonstrando não ter medo daqueles que a ameaçam. Os atos bolsonaristas foram grandes, admitiu, utilizando-se estratégias conhecidos - conforme comprovam vídeos circulando na internet - tais como a distribuição de camisas e o pagamento de cem reais aos participantes. Ponderou que, apesar disso, Bolsonaro mostrou ter uma base de sustentação, embora pequena, mas imaginou que levaria dois milhões de pessoas somente a São Paulo, tendo passado cinco semanas

fazendo campanha em todo o Brasil. O presidente usou a máquina pública para cumprir uma agenda que não era oficial, pois os desfiles do Dia da Independência foram cancelados, ressaltou. Com tudo isso, conjecturou, Bolsonaro frustrou-se porque tanto em Brasília como em São Paulo, lugares onde ele mais investiu, as manifestações foram muito menores do que esperava, embora tivessem reunido bastante gente. A situação do presidente tomou-se ainda mais dramática no dia seguinte aos atos, concebeu, pois ele ficou mais isolado, tendo menos apoio de vários setores da economia. O STF deve adotar medidas contra os crimes cometidos por Bolsonaro e o Congresso Nacional precisa dar início ao processo de *impeachment* do presidente, indicou. Mais partidos agora aderiam à oposição ao governo e novos pedidos de *impeachment* seriam formalizados, aditou, juntando-se aos mais de cem outros anteriormente feitos. Comentou que muitos bolsonaristas, os mais exaltados, estavam frustrados, pois esperavam uma invasão ao STF e ao Congresso Nacional, o que não ocorreu. Explicitou depois que o programa Tá Selado permite a participação popular na gestão municipal. Relembrou que durante as gestões anteriores de Edmilson Rodrigues isso já ocorrera, inicialmente com o Orçamento Participativo e depois com a criação do Congresso da Cidade. A CMB precisa debater se a organização da população da cidade em conselhos de bairro representa uma ameaça ao Poder Legislativo Municipal, afirmou. Questionou se é justificado haver, por parte deste parlamento, receio da organização popular, opinando que não, pois isso não ameaçaria a representatividade da CMB junto ao povo. Em aparte, manifestou-se a vereadora Lívia Duarte. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Biéco pediu aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças para a verificação de quórum. Não havendo quórum, aguardaram-se os dez minutos previstos regimentalmente para a realização de nova verificação. Findo este prazo, foi realizada a nova verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi então posta em votação e aprovada por unanimidade a ata da 37ª Sessão Ordinária do 2º Período da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foi feita depois a leitura e votação do requerimento do vereador Juá Belém solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 21 a 23 de setembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando 14 dias de licença parlamentar, no período de 16 a 29 de setembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita posteriormente a leitura e votação do requerimento do vereador José Dinelly solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 20 a 22 de setembro corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando a convocação do secretário municipal de Planejamento e Gestão, senhor Cláudio Alberto Castelo Branco Puty, para prestar esclarecimentos sobre as operações de crédito da PMB, aprovadas em junho passado por este parlamento. Encaminhou a votação o vereador Matheus Cavalcante. Em seguida, o vereador Mauro Freitas pediu Questão de Ordem solicitando que fossem votados em bloco, juntamente com um requerimento do vereador Pablo que seria apreciado posteriormente, um requerimento dos vereadores Biéco, Fernando Carneiro e Igor Andrade solicitando a realização de uma sessão especial em homenagem aos 30 anos da Guarda Municipal de Belém – GMB e um requerimento de sua autoria solicitando a realização de uma sessão especial em homenagem ao Dia Municipal de Nossa Senhora de Nazaré. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por unanimidade. Posteriormente, foram retomados os encaminhamentos, pronunciando-se os vereadores Fernando Carneiro, Matheus Cavalcante (falando pela Oposição), Mauro Freitas, Allan Pombo e Miguel Rodrigues. Posto em votação o requerimento do vereador Matheus Cavalcante, não houve quórum e o presidente Biéco encerrou a sessão às dez horas e quarenta e sete minutos. Estava licenciado o vereador Fábio Souza. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Amaury da APPD, Blenda Quaresma, Êmerson Sampaio, Fabrício Gama, Gleisson Silva, Goleiro Vinicius, John Wayne, Josias Higino, Lulu das Comunidades, Neném Albuquerque, Renan Normando e Zeca Pirão. Estiveram presentes os vereadores: Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes e Pastora Salete, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania; Miguel Rodrigues, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Augusto Santos e Juá Belém, pelo Republicanos; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro e Lívia Duarte, pelo PSOL; Biéco e Pablo Farah, pelo PL; Bia Caminha, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 08 de setembro de 2021.

1ª Secretária

Presidente

2º Secretário